

XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTION

**XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**TEORIA DA AGÊNCIA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
BRASILEIRA NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

Autores

Francisco Carlos Fernandes

Universidade Regional de Blumenau - FURB
Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP

Ligia Maria Heinzmann

Universidade Regional de Blumenau - FURB
Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração

Paulo Roberto da Cunha

Universidade Regional de Blumenau - FURB
Doutorando em Ciências Contábeis e Administração

Trelew – Patagonia Argentina, Septiembre de 2009

**XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTION
XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**TEORIA DA AGÊNCIA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NAS
ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

RESUMO

Para que as empresas obtenham sucesso ao longo do tempo é fundamental que haja alinhamento de interesses entre acionistas e administradores. O estudo desse alinhamento é o campo de atuação da Teoria da Agência, cujo interesse, no Brasil, é justificado pela existência de consequências severas da atual crise econômica, que revela que os riscos assumidos pelos administradores nem sempre são conhecidos pelos acionistas. Este trabalho tem por objetivo avaliar a produção científica brasileira recente sobre a Teoria da Agência, por meio um estudo bibliométrico dos artigos científicos publicados em revistas nacionais de alto impacto e em anais dos principais congressos de Administração e Contabilidade no período de 1998 a 2008. A metodologia da pesquisa enquadra-se como descritiva e documental, utilizando abordagem quantitativa. Como resultado foram coletados 43 artigos e constatou-se que as publicações em revistas representam 14% e os publicados em Anais de Eventos representam 86% desse total. O EnANPAD (62,1%) e o ano de 2005 (27,9%) concentraram a maior proporção de trabalhos publicados. Quanto à área temática, 51,1% dos artigos foram publicados em áreas com relação direta com a Contabilidade, isto é, nas áreas Contabilidade para Usuários Externos e Contabilidade Gerencial. Quanto à metodologia mencionada nos artigos verifica-se o percentual de 50,0% dos artigos nas revistas e 40,5% dos artigos nos eventos que não apresentaram a classificação quanto ao objetivo e quando apresentada essa classificação, a pesquisa exploratória foi a mais registrada. Conclui-se que os pesquisadores brasileiros têm dado razoável atenção à teoria da agência e que a predominância do uso da pesquisa exploratória deve servir de estímulo a uma revisão dos métodos utilizados.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre acionistas e dirigentes tem inspirado estudos de diferentes linhas de pensamento. Um ponto importante está na separação entre o Principal (proprietário) e o Agente (administrador). A Teoria da Agência procura explicar as relações contratuais entre os membros de uma empresa, pressupondo que estes são motivados exclusivamente por seus interesses. Consiste em uma relação contratual, na qual o principal encarrega o agente de prestar algum serviço em seu benefício, delegando para isso, certa autonomia de decisão.

Nessa perspectiva, entre principal e agente tem-se uma analogia em relação à Governança Corporativa. O entendimento desta de acordo com o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2004, p. 6) é tido como “um sistema pelo qual às sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas / cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal”. No Brasil tem-se o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, sendo que essas práticas têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso a capital e contribuir para a sua perenidade.

De acordo com Eisenhardt (1989), as idéias da teoria da agência sobre risco, incertezas sobre resultados, remuneração e incentivos a executivos e sistemas de informações são contribuições originais ao pensamento organizacional e a evidência empírica é incentivadora da teoria quando unida a perspectivas teóricas complementares. Neste ponto encontra-se um estímulo fundamental para o presente trabalho: a produção científica, que é um instrumento de primeira importância para a obtenção da evidência empírica, estará provendo as observações necessárias da realidade brasileira e, conseqüentemente contribuindo para que a relação principal-agente seja a mais adequada à realidade das empresas nacionais? Nesta perspectiva, levanta-se como questão-problema: como o assunto de teoria da agência tem sido abordado em eventos científicos e periódicos da área de ciências contábeis e administração?

Este trabalho tem por objetivo avaliar a produção científica brasileira recente sobre a Teoria da Agência, por meio um estudo bibliométrico. Para tanto serão coletados os artigos publicados nas Revistas Eletrônicas de Administração e Ciências Contábeis classificadas no portal de periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, com *Qualis* “A” e “B” Nacional e os Anais do EnANPAD, Congresso USP de Controladoria, ANPCONT, 3Es e EnADI no período de 1998 a 2008.

O trabalho justifica-se pela importância do estudo do relacionamento entre principal e agente no contexto atual da economia brasileira e mundial. A produção científica de administração e contabilidade deve favorecer avanços nas questões relacionadas a conflitos de interesse e remuneração de executivos.

Além da introdução, este artigo apresenta na segunda parte uma revisão da literatura, que procura ressaltar os principais referenciais teóricos relacionados ao tema de pesquisa. Os procedimentos metodológicos são expostos na terceira parte, na quarta parte apresenta-se a análise dos resultados da pesquisa e por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria da Agência (*Agency Theory*)

A teoria da agência é dirigida ao estudo da relação onde uma parte, o *principal*, delega trabalho a outra, que é o *agente*, que executa o trabalho (JENSEN e MECKLING, 1976). Nessa teoria, o agente compromete-se a realizar certas tarefas para o principal; o principal compromete-se a remunerar o agente; sendo o principal o avaliador da informação e o agente o tomador de decisões.

Apresenta-se no quadro a seguir uma visão geral da Teoria da Agência.

Idéia Chave	Os relacionamentos entre Principal e Agente devem refletir uma organização eficiente da informação, dos riscos e custos.
Unidade de Análise	Contrato entre o principal e o agente.
Suposições Humanas	Interesses pessoais. Racionalidade limitada. Aversão a risco.
Suposições Organizacionais	Conflito de metas entre os participantes. Eficiência como critério de efetividade. Assimetria de informação entre principal e agente.
Suposição da Informação	Informação como uma <i>commodity</i> (comprável).
Problemas contratuais	Risco moral (se refere falta de esforço por parte do agente) e seleção adversa (agente quando contratado afirma ter certas habilidades, mas o principal não consegue verificar tais habilidades no trabalho). Partilha de riscos.
Problema dominante	Relacionamentos em que o principal e o agente têm parcialmente diferentes metas e preferência de riscos distintos.

Quadro 1 - Visão geral da teoria da agência

Fonte: Adaptado de Eisenhardt (1989, p. 59)

Jensen e Meckling (1976) desenvolveram a Teoria da Agência, usando como unidade de análise os contratos, segundo os pressupostos da maximização de utilidade pelos agentes e da separação entre propriedade e controle nas corporações. Na maximização da utilidade nem sempre o agente atuará em prol dos interesses do principal (BERNARDES e BRANDÃO, 2005). Os principais sempre estarão interessados nos resultados gerados por seus agentes, e a teoria da agência oferece bases para um papel importante da contabilidade no fornecimento de informações após a ocorrência de um evento; um chamado papel pós-decisório, quando o agente informa ao principal a respeito de eventos do período passado.

Conforme Ludícibus e Lopes (2004), o trabalho de Berle e Means em 1932, lança as bases fundamentais para o entendimento do conflito de agência entre o principal (acionista) e o agente (executivo). Dentro dessa visão o acionista deve-se cercar do maior número possível de instrumentos para evitar que seja expropriado pelo administrador.

Como pode ser observado no Quadro 1, a unidade de análise da teoria da agência é sempre o contrato que governa a relação entre principal e agente. Eisenhardt (1989) afirma que foco da teoria está em determinar o contrato mais eficiente para governar a relação entre essas partes e que este contrato pode ser orientado para o comportamento, ou orientado para o resultado.

2.2 Principal e Agente

Para Silva, Caldas e Davidovitsch (2008), a maneira de organizar um relacionamento de modo a induzir as partes a buscar alinhamento de interesses em prol da maximização do bem-estar de uma delas é denominada, na literatura econômica, como problema de agência.

A teoria da agência tem como sistema de referência a relação contratual estabelecida entre essas partes, que, personificando essa relação contratual, caracterizam as figuras do Principal e do Agente. Uma relação do tipo Principal-Agente presume que o agente desenvolverá atividades para o principal, em troca de uma compensação.

Na gestão corporativa, o principal é o acionista ou o proprietário dos recursos econômicos, e o agente é o gerente ou administrador, que administra o negócio no lugar dos proprietários.

Conforme Martinez (1998), a relação principal-agente não se estabelece apenas entre proprietários e gerentes. O modelo é flexível, adequando-se a diferentes relações, como no caso de clientes-gerentes; governo-gerentes; comunidade-gerentes; gerentes-gerentes; gerentes-fornecedores, e outras.

Um ponto problemático da teoria (*agency problem*) é o conflito de interesses, caracterizado pela possibilidade do agente assumir um comportamento “oportunista” em suas ações, antepondo seu próprio benefício ao benefício dos que o contrataram. Como o principal e o agente podem apresentar diferentes interesses e propensões a risco, as ações tomadas pelo agente podem em algumas situações não estar de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo principal.

Fontes Filho e Balassiano (2005) afirmam que problemas de agenciamento podem ocorrer como resultado de dois fatores: a) conflito de interesses e objetivos entre o principal e o agente; b) diferentes atitudes com relação ao risco, uma vez que o agente pode ser avesso ao risco.

Para Fama (1976) apud Camargos e Helal (2007), os acionistas, buscando assegurar que os administradores obtenham um nível de desempenho desejado, se vêem obrigados a conviver com problemas de incentivo a esses administradores. A divergência de interesses de acionistas e administradores pode afetar as decisões da empresa.

Eisenhardt (1989) analisa o problema do conflito de interesses dividindo-o em dois aspectos, ao afirmar que a teoria da agência busca solucionar dois problemas que podem acontecer em relações de agência.

O primeiro problema surge quando o desejo do principal conflita com o do agente. É difícil ou caro para o principal verificar o que o agente está fazendo de fato (o principal não pode verificar se o agente se comportou adequadamente). Neste aspecto, Donaldson e Davis (1991) afirmam que a teoria parte do pressuposto de que existe assimetria de informações, o que irá gerar conflito na relação entre principal e agente e esse conflito, por sua vez, irá gerar custos.

O segundo problema é a partilha dos riscos, que surge quando o principal e o agente têm atitudes diferentes com relação ao risco, de forma que principal e agente podem preferir ações diferentes em decorrência das suas diferentes propensões ao risco.

2.3 Linhas Norteadoras da Teoria da Agência: *Positivist Agency Theory* e *Principal-Agent*

De acordo com Eisenhardt (1989), a Teoria da Agência tem sua origem nos estudos desenvolvidos na área da economia da informação, e desenvolveu-se em duas linhas: a Positivista e do Principal-Agente. Essas duas linhas tem em comum o contrato entre o principal e o agente como unidade de análise. Também compartilham as suposições humanas, organizacionais e de informação. Mas diferem no rigor matemático, na variável dependente e no estilo.

A autora definiu para a Teoria Positivista duas proposições básicas:

- a) Quando o contrato entre o principal e o agente é baseado no resultado, é mais provável que o agente se comporte de acordo com os interesses do principal.
- b) Quando o principal tem a informação para verificar o comportamento do agente, é mais provável que o agente se comporte de acordo com os interesses do principal. Essa segunda proposição baseia-se na idéia de que os sistemas de informação restringem o oportunismo do agente, já que informam o principal sobre o que o agente está fazendo de fato.

Já na linha do Principal-Agente, Eisenhardt (1989) afirma que os pesquisadores se preocuparam com uma teoria geral da relação principal-agente, que pudesse ser aplicada às relações entre empregador e empregado; advogado e cliente; comprador e fornecedor, e outras relações de agência.

No tópico a seguir apresenta-se uma análise sobre a relação da Teoria da Agência com a Governança Corporativa.

2.4 Teoria da Agência e Governança Corporativa

Para Donaldson e Davis (1991), um importante mecanismo estrutural para reduzir o “oportunismo” do agente é o Conselho de Administração. Este órgão provê um monitoramento das ações administrativas em nome dos acionistas e responde à necessidade de se criar mecanismos para o alinhamento de interesses entre acionistas e gestores, além de oferecer uma garantia para a manutenção ou ampliação do fluxo de investimentos, por meio de credibilidade e maior transparência que aporta ao relacionamento principal-agente.

Na literatura sobre Governança Corporativa, o pressuposto apontado é que os acionistas, por meio do conselho de administração, têm a capacidade de assegurar que os gestores dos seus recursos os maximizem. Por meio de compensações, incentivos e de determinadas sanções que inibem o comportamento discricionário dos gestores (CAMARGOS e HELAL, 2007).

Conforme Jensen e Murphy (1990) apud Camargos e Helal (2007), uma das preocupações da teoria da agência é a remuneração executiva, ao afirmar que ela deve ser elaborada para dar aos executivos incentivos para selecionar e implantar ações que culminem na maximização da riqueza dos acionistas, apesar de saber *a priori* que essa riqueza é afetada por vários outros fatores internos e externos à empresa.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2002), define Governança Corporativa como sendo o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, ao proteger todas as partes envolvidas, tais como: investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.

O IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2004, p. 6), define Governança Corporativa como, “sistema pelo qual às sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas / cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal”. O referido instituto editou o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, sendo que essas práticas têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso a capital e contribuir para a sua perenidade.

No referido Código são definidas as partes envolvidas em uma relação de governança corporativa sendo elas: sócios, conselho de administração e o executivo principal.

2.5 A Teoria da Agência como Suporte ao Estudo do Relacionamento entre a Contabilidade e a Administração

De acordo com Nossa, Kassai e Kassai (2000), no Brasil são poucos os trabalhos sobre a teoria da agência e a contabilidade, apesar de sua importância crescente na medida em que cada vez mais se precisa conhecer a realidade das empresas, para

desenvolver sistemas de informações contábeis abrangentes e capazes de suprir as necessidades informacionais dos tomadores de decisões.

Desde a estruturação prévia dos contratos até o monitoramento posterior, surge a necessidade de informações que envolvem a empresa como um todo. É nesse ponto que a contabilidade desempenha seu papel de gerar as informações.

Conforme Sunder (1997 apud IUDÍCIBUS e LOPES 2004, p. 175), a contabilidade possui cinco funções na coordenação dos vários contratos existentes entre os agentes ligados à empresa:

- a) mensurar a contribuição de cada um dos participantes nos contratos;
- b) mensurar a fatia que cada um dos participantes tem direito do resultado da empresa;
- c) informar os participantes a respeito do grau de sucesso no cumprimento dos contratos;
- d) distribuir informação para todos os potenciais participantes em contratos com a empresa para manter a liquidez de seus fatores de produção;
- e) distribuir algumas informações como conhecimento comum para reduzir o custo da negociação dos contratos.

Um exemplo das funções da contabilidade na coordenação dos contratos está no estabelecimento da remuneração dos administradores. Para Iudícibus e Lopes (2004) uma forma para reduzir os impactos do conflito de agência tem sido apregoada a chamada remuneração variável. A idéia é que os administradores da empresa possuam parte de sua remuneração atrelada ao sucesso da empresa. Dessa forma eles se tornam um pouco “acionistas” e passam a agir como donos do negócio. O resultado de uma empresa é função de diversas variáveis, como o cenário econômico e sua posição estratégica e o lucro da empresa é influenciado por todos esses fatores e não somente pelo esforço do administrador. Na perspectiva da Teoria da Agência, os sistemas de informações contábeis são vistos como sistemas de monitoramento que produzem informações no qual o principal (proprietário) e o agente (administrador/gerente) baseiam suas relações.

A contabilidade contribui de duas maneiras como coordenadora do relacionamento de agência. Primeiro ela fornece um sistema de referência para o estabelecimento de remunerações variáveis, onde os princípios contábeis e o lucro líquido apurado nos exercícios desempenham papéis de destaque. A esta contribuição da contabilidade poder-se-ia atribuir o nome de “contribuição contextual” e aqui a Contabilidade financeira faz-se mais presente.

Além disso, a contabilidade também oferece uma contribuição como coordenadora do relacionamento de agência quando, atuando dentro da empresa, apura e fornece muitas informações que servem de suporte ao processo de tomada das decisões que, executado pelo agente, devem levá-lo a atingir o desempenho esperado pelo principal e com ele ajustado no contrato de agenciamento. A esta contribuição poder-se-ia atribuir o nome de “contribuição funcional”.

3 METODOLOGIA

A caracterização metodológica da presente pesquisa, usou como referência Gil (2002), e Richardson *et al* (1999). Quanto ao objetivo enquadra-se como pesquisa descritiva, porque teve como finalidade descrever a situação em que se encontra a produção científica brasileira no campo da teoria da agência.

Segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Neste caso, o fenômeno investigado é a produção científica brasileira sobre o assunto “Teoria da Agência” no período de 1998 a 2008.

Com relação aos procedimentos, enquadra-se numa pesquisa documental. Conforme Gil (2002, p. 66), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Quanto à abordagem da pesquisa, ela tem caráter quantitativo. Conforme Richardson *et al* (1999, p. 70), “o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como as mais complexas”.

A pesquisa bibliométrica foi realizada nas bases de dados das Revistas Eletrônicas de Administração e Ciências Contábeis classificadas no portal de periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, como *Qualis* “A” e “B” Nacional. Realizou-se também pesquisa em Anais de Eventos Científicos: EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, no ANPCONT – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis, 3Es - Encontro de Estudos em Estratégia e no EnADI - Encontro de Administração da Informação.

O levantamento dos dados ocorreu da seguinte forma: a) Levantamento das Revistas Eletrônicas de Administração e Ciências Contábeis classificadas no portal de periódicos da CAPES, com *Qualis* “A” e “B” Nacional, do período entre 1998 e 2008; b) Separação dos Anais dos eventos EnANPAD, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, no ANPCONT, dos 3Es e EnADI, do período entre 1998 e 2008; c) como critério de seleção dos artigos foram utilizadas as expressões: “teoria da agência”, “*agency theory*”, “agência” ou “*agency*”; essas expressões foram buscadas no título, no resumo e nas palavras-chave; d) para o enquadramento por área temática, usou-se como referência o enquadramento do EnANPAD, que foi considerado como o é mais abrangente entre os periódicos e eventos pesquisados; e) leitura dos resumos e das metodologias de cada um dos artigos selecionados com o objetivo de confirmar que o trabalho era de interesse para esta pesquisa (um artigo sobre “agência de fomento”, por exemplo, deveria ser descartado nesta fase) e também com o objetivo de efetuar o

enquadramento com relação à área temática e aos procedimentos metodológicos do trabalho.

As fontes de coleta dos dados das Revistas e Eventos estão apresentadas no Quadro 2 com os respectivos períodos inicial e final. O período pesquisado foi entre 1998 e 2008, sendo que algumas revistas eletrônicas apresentam ano inicial mais recente, conforme detalhado no Quadro 2.

No caso dos Eventos, é importante notar que o da USP – Congresso de Controladoria e Contabilidade realizou sua primeira edição no ano de 2001 e o ANPCONT realizou sua primeira edição no ano de 2007, o 3Es realizou sua primeira edição no ano de 2003 e o Encontro de Administração da Informação – EnADI realizou sua primeira edição no ano de 2007.

Os dados foram tabulados e apresentados na forma de tabelas. Posteriormente foi realizada a análise descritiva dos resultados encontrados. O Quadro 2 apresenta os periódicos e eventos que compõem a base analisada neste trabalho.

REVISTAS ELETRÔNICAS	CONCEITO QUALIS	PERÍODO	
		INICIAL	FINAL
Revista Base (UNISINOS)	A	2004	2008
RAE Eletrônica (FGV-SP)	A	2002	2008
RAUSP-e Revista de Administração (FEA-USP)	A	2008	2008
REAd Revista Eletrônica de Administração (UFRGS)	A	1998	2008
RAC-e (ANPAD)	A	2007	2008
Revista Contabilidade & Finanças (USP) *	A	1998	2008
Contabilidade Vista & Revista (UFMG)	B	2006	2008
Gestão – Revista eletrônica de Gestão Organizacional (UFPE)	B	2003	2008
Revista de Negócios (FURB)	B	1998	2008
Revista Universo Contábil (FURB)	B	2005	2008
EVENTOS			
Congresso de Controladoria e Contabilidade – USP	A	2001	2008
Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD	A	1998	2008
Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT	A	2007	2008
Encontro de Estudos em Estratégia – 3Es **	A	2003	2007
Encontro de Administração da Informação – EnADI	A	2007	2007

Quadro 2 – Revistas eletrônicas e eventos consultados na pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa.

* No ano de 1998, 1999 e 2000 era denominado como Cadernos de Estudos da FIPECAFI.

** A Análise dos Anais do 3Es iniciou-se a partir do ano de 2005.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A Tabela 1 apresenta a relação das Revistas Eletrônicas consultadas e a distribuição dos artigos selecionados por ano e também apresenta os Eventos com a classificação dos artigos distribuídos anualmente. A seleção dos artigos seguiu os critérios estabelecidos na metodologia.

Das dez revistas pesquisadas, constatou-se que em quatro delas houve publicação de artigos seguindo os critérios estabelecidos para a pesquisa. Ou seja, em 40% das revistas houve no mínimo uma publicação, sendo elas: RAE – Revista Eletrônica da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a RAC-e publicada pela ANPAD - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, a Revista de Contabilidade & Finanças da Universidade de São Paulo e a Revista Contabilidade Vista & Revista da Universidade Federal de Minas Gerais.

A partir da constatação de que nas outras seis revistas não houve identificação de artigo de acordo com os critérios, passa-se nesse momento a desconsiderar as mesmas para análise da pesquisa.

Os artigos publicados sobre teoria da agência em revistas eletrônicas no período pesquisado representam 14% (06 artigos) do total de artigos considerando que os publicados em Anais de Eventos representam 86% (37 artigos) do total.

Entre os eventos, observa-se que 62,1% (23 artigos) do período analisado foram publicados no EnANPAD, seguido por 21,6% (08 artigos) publicados no Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP no mesmo período.

Com relação aos eventos, considerando um comparativo entre os anos pesquisados constata-se que no ano de 2005, houve o maior número de artigos publicados, sendo 12 artigos, representando 32,4% dos artigos de eventos. Nesse mesmo ano nas revistas pesquisadas não houve nenhum artigo sobre o tema da pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos por revistas eletrônicas e eventos

REVISTAS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Revista Base (UNISINOS)							0	0	0	0	0	0
RAE Eletrônica (FGV-SP)					1	0	0	0	0	0	0	1
RAUSP-e Revista de Administração (FEA-USP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REAd Revista Eletrônica de Administração (UFRGS)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAC-e (ANPAD)										1	1	2
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Contabilidade Vista & Revista (UFMG)									1	0	0	1
Gestão - Revista eletrônica de Gestão Organizacional (UFPE)						0	0	0	0	0	0	0
Revista de Negócios (FURB)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Universo Contábil (FURB)								0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	1	6

EVENTOS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Congresso USP				0	0	1	0	3	1	2	1	8
EnANPAD	1	0	1	0	2	2	3	8	3	2	1	23
ANPCONT										1	1	2
3Es						0	0	1	0	2	0	3
EnADI										1	0	1
TOTAL	1	0	1	0	2	3	3	12	4	8	3	37

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência foi realizada a análise dos seis artigos publicados nas Revistas, com o intuito de esclarecer se haviam sido apresentados em algum dos Eventos Científicos incluídos no levantamento. Para tanto realizou-se uma pesquisa no Currículo Lattes pelo nome do primeiro autor, detectando-se eventual registro do artigo em trabalhos publicados em Anais, observando-se o título do artigo. Constatou-se que quatro artigos publicados em revistas haviam sido anteriormente apresentados em eventos. Infere-se, assim, que dos 37 artigos encontrados em eventos, 4 foram posteriormente publicados em revistas científicas, o que representa uma relação de 10,8%.

4.1 Publicação por Área Temática

Para o enquadramento da área temática, usou-se como referência a classificação de categorias adotadas pelo EnANPAD, optando-se por essa classificação por entender que a é mais abrangente. Para o enquadramento dos artigos das revistas, efetuou-se a leitura dos resumos e enquadrou-se por proximidade do tema. Na Tabela 2 apresenta-se o enquadramento com relação ao tema.

Nos artigos publicados nas revistas, conforme a Tabela 2, constata-se que 66,6% (04 artigos) enquadram-se na área temática da Contabilidade para Usuários Externos.

Já nos eventos, verifica-se pela Tabela 3, que apenas 29,7% (11 artigos) enquadram-se na área temática da Contabilidade para Usuários Externos; 18,9% (7 artigos) enquadram-se na área de Estratégia em Organizações, seguidos por 16,2% (6 artigos) que enquadram-se na área de Contabilidade Gerencial.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos por área temática - Revistas

REVISTAS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
FIN-B - Finanças Corporativas					1							1
CON-A - Contabilidade para Usuários Externos									2	1	1	4
CON-B - Contabilidade Gerencial							1					1
TOTAL	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	1	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao total de artigos, têm-se que 51,1% (22 artigos), foram publicados em áreas temáticas com relação direta com a Contabilidade, ou seja, nas áreas

Contabilidade para Usuários Externos e Contabilidade Gerencial. Os demais 21 artigos estão distribuídos em oito áreas temáticas distintas.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos por área temática - Eventos

EVENTOS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
APS-A - Estado, Administração Pública e Sociedade Civil								1	1			2
APS-C - Gestão Social e Ambiental							1					1
ESO-A - Estratégia em Organizações					1			2	1	2	1	7
EOR-A - Teoria das Organizações								2				2
FIN-B - Finanças Corporativas						1		1		1		3
GCT-A - Administração de Ciência & Tecnologia					1							1
GPR-A - Gestão de Pessoas							1		1	1		3
CON-A - Contabilidade para Usuários Externos						1		4	1	3	2	11
CON-B - Contabilidade Gerencial	1		1			1	1	2				6
ADI - Administração da Informação										1		1
TOTAL	1	0	1	0	2	3	3	12	4	8	3	37

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Publicação por Instituição nas Revistas

Quanto à classificação por Instituição, optou-se por contabilizar a produção para a Universidade à qual o primeiro autor estava vinculado na data da publicação do artigo.

Com relação aos artigos das revistas 33,3% foram publicados por primeiro autor vinculado a Universidade de São Paulo. E as demais universidades mencionadas na Tabela 3 onde o primeiro autor estava vinculado, tiveram um artigo cada.

Quanto aos artigos publicados nos eventos, 13,5% (5 artigos) foram publicados por primeiro autor vinculado a FUCAPE – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Seguido pela USP com 8,1% dos artigos e com o mesmo percentual a FGV de São Paulo. Na seqüência, seis universidades apresentam 5,4% dos artigos cada uma e as demais 12 universidades e faculdades mencionadas na Tabela 4, apresentam 2,7% dos artigos cada.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos nas revistas por instituição

INSTITUIÇÃO	RAE	RAC	Contabilidade & Finanças	Vista & Revista	TOTAL	%
UNIOESTE	1				1	16,7%
UFSC			1		1	16,7%
USP		1	1		2	33,3%
UFPE				1	1	16,7%

FNH - Faculdade Novos Horizontes		1			1	16,7%
TOTAL	1	2	2	1	6	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando não estava mencionada no artigo a instituição, pesquisou-se no Currículo Lattes do autor o vínculo com instituição no ano da publicação. Não foi identificado o vínculo de um autor com nenhuma instituição e de outro não foi localizado o currículo.

Tabela 4 – Distribuição dos artigos dos eventos por instituição

INSTITUIÇÃO	USP	ANPCONT	EnANPAD	3Es	EnADI	TOTAL	%
FUCAPE	3	1	1			5	13,5%
USP			2	1		3	8,1%
FGV-SP			3			3	8,1%
UFSC	1		1			2	5,4%
Mackenzie	1		1			2	5,4%
UFMG		1	1			2	5,4%
UFPE	1		1			2	5,4%
UNB			2			2	5,4%
UNISINOS	1		1			2	5,4%
PUC-MG			1			1	2,7%
FGV-RJ			1			1	2,7%
Faculdade São Geraldo					1	1	2,7%
Fundação Visconde Cairú			1			1	2,7%
Universidade Estadual de Feira de Santana			1			1	2,7%
PUC-RJ			1			1	2,7%
<i>The University of Birmingham - BHAM</i>			1			1	2,7%
UFLA	1					1	2,7%
UFPR			1			1	2,7%
UFRGS			1			1	2,7%
UNEMAT Univers. Mato Grosso				1		1	2,7%
UNIP Universidade Paulista				1		1	2,7%
Sem localização do currículo			1			1	2,7%
Sem vínculo com instituição			1			1	2,7%
TOTAL	8	2	23	3	1	37	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Além da distribuição por instituição de ensino, realizou-se o enquadramento quanto ao vínculo com essas instituições. Considerando o primeiro autor, tem-se que no período da publicação, 11 artigos foram publicados por alunos participantes de Programas de Mestrado; 10 artigos publicados por alunos participantes de Programas de

Doutorado e 19 artigos publicados por docentes de dezessete instituições de ensino superior, sendo uma delas situada na Inglaterra. Nesse enquadramento não se incluiu: a) o artigo cuja localização do currículo não foi possível; b) o artigo no qual o primeiro autor não tem vínculo com instituição de ensino; e c) o artigo que foi publicado em uma revista e anteriormente havia sido publicado em um dos eventos do escopo da pesquisa, esse artigo foi computado apenas uma vez para o programa. A seguir apresenta-se o detalhamento nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Enquadramento quanto a participação em Programa *Stricto Sensu*

Programas <i>Stricto Sensu</i>	Artigos de mestrandos	Artigos de doutorandos
Mestrado em Ciências Contábeis FUCAPE	5	
Mestrado em Administração - UFMG	1	
Mestrado em Administração - UFLA	1	
Mestrado em Administração - UNB	1	
Mestrado em Administração - UFRGS	1	
Mestrado em Administração - UFPE	1	
Mestrado em Economia – UFSC	1	
Doutorado em Administração FEA-USP		2
Doutorado em Administração FGV-SP		2
Doutorado em Administração - UFMG		1
Doutorado em Administração FGV-RJ		1
Doutorado em Controladoria e Contabilidade FEA/USP		1
Doutorado em Engenharia Elétrica - USP		1
Doutorado em Administração Mackenzie		1
Doutorado em Engenharia de Produção - UFSC		1
Total	11	10

Fonte: Dados da pesquisa.

O Programa do Mestrado da FUCAPE é o que tem maior produção de alunos, com 5 artigos de mestrandos, seguido pelos Programas de Doutorado em Administração FEA-USP e de Doutorado em Administração da FGV-SP, com 2 artigos de doutorandos cada.

Tabela 6 – Vínculo dos docentes

Instituições	Artigos de Docentes
UNISINOS	2
UFPE	2
PUC – RJ	1
PUC – MG	1
Mackenzie	1
FGV – SP	1
FEA – USP	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	1
FNH - Faculdade Novos Horizontes	1
UNB	1
UFPR	1
UNIOESTE	1
<i>The University of Birmingham – BHAM / Inglaterra</i>	1
Fundação Visconde de Cairú	1

Faculdade São Geraldo	1
UNIP Universidade de São Paulo	1
UNEMAT Universidade do Estado do Mato Grosso	1
Total	19

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Doze autores estavam vinculados a Programas *Stricto Sensu* de Administração, seis autores vinculados a Programas *Stricto Sensu* de Ciências Contábeis, um autor vinculado aos Programas *Stricto Sensu* de Economia, Engenharia Elétrica e Engenharia de Produção. Comparando-se esses dados por Programa de Mestrado e Doutorado, tem-se que 52% são artigos de mestrandos e 48% são artigos de doutorandos. Há portanto, uma predominância dos Programas de Administração na produção analisada, o que é consistente com a quantidade de cursos existentes.

Os docentes (Tabela 6) estão distribuídos por dezessete instituições de ensino superior, sendo que dois na época da publicação do artigo estavam vinculados a UNISINOS, dois vinculados a UFPE, e as demais Universidades e Faculdades mencionadas na Tabela 6 tiveram um docente vinculado a cada uma.

4.3 Publicação por Distribuição Geográfica

Com relação à distribuição geográfica dos artigos publicados nas revistas, os resultados apresentam o percentual de 33,3% para o Estado de São Paulo. Na seqüência estão os Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Pernambuco com 16,7% cada um, ou seja, um artigo de autor proveniente desses Estados.

No que se refere aos artigos publicados em Anais, o Estado de São Paulo apresenta 24,3% dos artigos; Espírito Santo apresenta 16,2%; Minas Gerais apresenta 10,8% e Rio Grande do Sul 8,1% dos trabalhos, seguido pelos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal, Bahia e Santa Catarina, todos com 5,4% e, finalmente, Mato Grosso, Paraná e um artigo de autor da Inglaterra, representando cada um 2,7% do total. Um autor sem vínculo e outro sem localização do currículo, não sendo possível identificar o Estado. Os quatro primeiros Estados concentram 59,4% dos artigos publicados nos eventos pesquisados.

4.4 Número de Autores

Pode-se constatar na Tabela 7 que com relação ao número de autores, o percentual de 33,3% é igual para artigos publicados com um autor, dois autores e três autores. E não foi identificado nenhum artigo com quatro autores.

Tabela 7 – Número de autores dos artigos das revistas

NÚMERO DE AUTORES	ERA	RAC	Contabilidade & Finanças	Vista & Revista	TOTAL	%
1	1		1		2	33,3%
2		1		1	2	33,3%

3		1	1		2	33,3%
4					0	0,0%
TOTAL	1	2	2	1	6	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da quantidade de autores é encontrada na Tabela 8, logo abaixo.

Tabela 8 – Número de autores dos artigos dos eventos

NÚMERO DE AUTORES	USP	ANPCONT	EnANPAD	3Es	EnADI	TOTAL	%
1			6	1		7	18,9%
2	1	1	11	1		14	37,8%
3	2	1	6			9	24,3%
4	5			1		6	16,2%
5					1	1	2,7%
TOTAL	8	2	23	3	1	37	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos artigos publicados nos Anais dos eventos, constata-se na Tabela 8 que o percentual 37,8% que representa os artigos com dois autores é o mais elevado, 24,3% que representa os artigos com três autores, e o percentual de 18,9% que corresponde aos artigos com um autor, com quatro autores tem se o percentual de 16,2%, e com 2,7% que representa um artigo com cinco autores.

Considerando-se conjuntamente o número de autores por artigos das revistas e eventos, continua a se ter o predomínio de artigos com dois e três autores.

4.5 Metodologia Mencionada nos Artigos

Na Tabela 9 apresentam-se as classificações quanto à metodologia mencionada nos artigos das revistas, dividida quanto aos objetivos, aos procedimentos, a abordagem e as técnicas de coleta de dados.

Tabela 9 – Metodologia mencionada nos artigos da revistas

TIPOS	RAE	RAC	Contabilidade & Finanças	Vista & Revista	TOTAL	%
QUANTO AOS OBJETIVOS						
Exploratória		1		1	2	33,3%
Explicativa			1		1	16,7%
Não informada	1	1	1		3	50,0%
TOTAL	1	2	2	1	6	100,0%
QUANTO AOS PROCEDIMENTOS						
Estudo de caso			1		1	16,7%
Levantamento				1	1	16,7%
Bibliográfica	1	1	1		3	50,0%
Documental		1			1	16,7%
TOTAL	1	2	2	1	6	100,0%

QUANTO A ABORDAGEM

Qualitativa	1	1	2		4	66,7%
Quantitativa		1		1	2	33,3%
Quali-Quantitativa					0	0,0%
Não informada					0	0,0%
TOTAL	1	2	2	1	6	100,0%

QUANTO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Análise documental		1	1	1	3	50,0%
Não informada	1	1	1		3	50,0%
TOTAL	1	2	2	1	6	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se verificar que em 50% dos artigos pesquisados, não houve uma classificação quanto aos objetivos. Observa-se também que 33,3% dos artigos apresentaram enquadramento como pesquisa exploratória, seguido por 16,7% como pesquisa explicativa. Quanto aos procedimentos, 50% dos artigos enquadram-se como bibliográficos, seguido pelo percentual de 16,7% tanto para estudo de caso, levantamento e documental. Com relação à abordagem, 66,7% classificam-se como qualitativa e 33,3% como quantitativa. Quanto às técnicas de coleta de dados, 50% utilizaram análise documental e 50% não informaram a técnica de coleta de dados.

Na Tabela 10 apresentam-se as classificações quanto à metodologia mencionada nos artigos dos Anais dos eventos, dividida quanto aos objetivos, aos procedimentos, a abordagem e as técnicas de coleta de dados.

Tabela 10 – Metodologia mencionada nos artigos dos eventos

TIPOS	USP	ANPCONT	EnANPAD	3Es	EnADI	TOTAL	%
QUANTO AOS OBJETIVOS							
Não informada	1	1	10	3		15	40,5%
Exploratória	4		7			11	29,7%
Descritiva	3	1	4		1	9	24,3%
Explicativa			2			2	5,4%
TOTAL	8	2	23	3	1	37	100,0%
QUANTO AOS PROCEDIMENTOS							
TIPOS	USP	ANPCONT	EnANPAD	3Es	EnADI	TOTAL	%
Bibliográfica	3		9	3		15	40,5%
Não informada	1	1	4			6	16,2%
Levantamento	3		1		1	5	13,5%
Documental			4			4	10,8%
Empírica		1	3			4	10,8%
Estudo de caso	1		1			2	5,4%
Campo			1			1	2,7%
TOTAL	8	2	23	3	1	37	100,0%
QUANTO A ABORDAGEM							
TIPOS	USP	ANPCONT	EnANPAD	3Es	EnADI	TOTAL	%
Quantitativa	3	2	11		1	17	45,9%
Qualitativa	3		9	3		15	40,5%
Não informada	1		3			4	10,8%
Quali-Quantitativa	1					1	2,7%
TOTAL	8	2	23	3	1	37	100,0%

QUANTO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

TIPOS	USP	ANPCONT	EnANPAD	3Es	EnADI	TOTAL	%
Análise documental	4	2	7			13	35,1%
Não informada	1		10	3		14	37,8%
Questionário	2		3		1	6	16,2%
Entrevista	1		2			3	8,1%
Análise de conteúdo			1			1	2,7%
TOTAL	8	2	23	3	1	37	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos objetivos, em 40,5% dos artigos não foi apresentada uma classificação, em 29,7% dos artigos a pesquisa foi classificada como exploratória, seguida por 24,3% dos artigos classificados como pesquisa descritiva. Com relação aos procedimentos, 40,5% dos artigos enquadram-se como bibliográficos, seguidos pelo procedimento do levantamento ou *survey*, que apresentou 13,5%, e pelos tipos documental e empírico apresentaram o mesmo percentual, 10,8%. Na seqüência encontra-se o estudo de caso com 5,4% e pesquisa de campo com 2,7%. Uma parcela de 16,2% dos artigos que não apresentou seus procedimentos. No que se refere à abordagem, 45,9% dos artigos se enquadram como quantitativa, 40,5% dos artigos como qualitativa e 10,8% não informaram. Quanto às técnicas de coleta de dados, 37,8% não informaram a técnica, 35,1% utilizaram a análise documental, 16,2% utilizaram questionário, 8,1% utilizaram entrevista e 2,1% utilizaram a técnica da análise do conteúdo.

Considerando-se de forma agrupada a metodologia mencionada nos artigos das revistas e dos eventos, verifica-se um percentual significativo de artigos que não apresentaram a classificação quanto aos objetivos (nas revistas 50,0% e nos eventos 40,5%). Mas, quando apresentada essa classificação, a pesquisa exploratória foi a mais utilizada. Quanto aos procedimentos, nas revistas 50% dos artigos enquadram-se como bibliográficos e nos eventos 40,5% enquadram-se da mesma forma. Com relação à abordagem 66,7% classifica-se como qualitativa nas revistas e nos eventos 45,9% dos artigos se enquadram como quantitativa. A técnica de coleta de dados não foi informada por 50% dos artigos nas revistas e 37,8% dos artigos nos eventos. Porém, quando mencionada a mais utilizada é a análise documental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo realizar uma análise da produção científica brasileira sobre a teoria da agência, por meio de um estudo bibliométrico. Como forma de garantir que a análise considerasse os trabalhos de maior impacto científico, foram levantados os artigos publicados nas Revistas Eletrônicas de Administração e Ciências Contábeis classificadas no portal de periódicos da CAPES como *Qualis* "A" e "B" Nacional e os Anais do EnANPAD, Congresso USP de Controladoria, ANPCONT, 3Es e EnADI no período de 1998 a 2008, todos classificados como eventos Nacionais "A".

Foram encontrados 43 artigos no período analisado, sendo que os publicados representam 14% e os publicados em Anais de Eventos representam 86% desse total. Apenas 4 artigos (10,8% dos artigos encontrados em eventos) foram posteriormente

publicados em periódicos científicos. Com relação aos eventos, o EnANPAD apresenta o maior número de artigos publicados. Ainda com relação aos eventos, no ano de 2005 houve a maior concentração de artigos publicados sobre o tema. Quanto à área temática, 51,1% dos artigos foram publicados em áreas com relação direta com a Contabilidade, ou seja, nas áreas Contabilidade para Usuários Externos e Contabilidade Gerencial.

Em relação aos autores dos artigos publicados terem vínculo com Programa *Stricto Sensu*, tem-se que cinco autores estavam vinculados ao Mestrado em Ciências Contábeis da FUCAPE, seguido pelo Programa de Doutorado em Administração FEA-USP e pelo Programa de Doutorado em Administração da FGV-SP com dois autores em cada Programa. Dos autores de artigos tem-se que 12 autores estavam vinculados a Programas *Stricto Sensu* de Administração, 06 autores vinculados a Programas *Stricto Sensu* de Ciências Contábeis, 01 autor vinculado aos Programas *Stricto Sensu* de Economia, Engenharia Elétrica e Engenharia de Produção. Comparando esses dados por Programa de Mestrado e Doutorado, tem-se que 52% são artigos de mestrandos e 48% são artigos de doutorandos.

No que se refere à metodologia mencionada nos artigos das revistas e eventos, verifica-se um percentual significativo de artigos que não apresentaram a classificação quanto aos objetivos (nas revistas 50,0% e nos eventos 40,5%). Quando apresentada essa classificação, a pesquisa exploratória foi a mais utilizada. O procedimento mais recorrente foi o bibliográfico e relacionado à abordagem nas revistas predomina a qualitativa e nos eventos predomina a quantitativa. Por fim, quando mencionada a técnica de coleta de dados, a mais utilizada é a análise documental.

Assim, verificou-se por meio do estudo bibliométrico, que o assunto de Teoria da Agência tem sido contemplado por acadêmicos e docentes ligados a Programas *Stricto Sensu* de Ciências Contábeis e Administração e que tais estudos tem como forma de divulgação predominante os Eventos Científicos classificados na CAPES como Nacional "A".

Uma reflexão final deve ser feita em relação aos métodos de pesquisa utilizados no período analisado. Como sustentado na Fundamentação Teórica (vide, p. ex., na seção 2.3, as observações sobre a abordagem positivista), as propostas da teoria da agência, sobretudo no campo positivista, dependem bastante de pesquisa empírica que permita analisar os resultados da empresa e o comportamento do agente frente a uma característica do contrato de agenciamento. Conclui-se, então, que a predominância do uso da pesquisa exploratória deve servir de estímulo a uma revisão dos métodos utilizados pelos pesquisadores brasileiros, uma vez que a contribuição empírica da teoria da agência dependerá de métodos mais consistentes em termos de testes de hipóteses que possam esclarecer melhor a relação entre principal e agente, tendo como principal fenômeno observado os resultados apresentados pelas empresas. É necessário mover-se em direção à pesquisa de objetivos de natureza explicativa, aumentando sua proporção no total de artigos científicos produzidos no país.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, P.; BRANDÃO, M. M. Governança Corporativa: algumas reflexões teóricas sob a perspectiva da economia. XXIX - Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Brasília-DF, 2005. CD-ROM.

CAMARGOS, M. A.; HELAL, D. H. Remuneração executiva, desempenho econômico-financeiro e a estrutura de Governança Corporativa de empresas brasileiras. XXXI - EnANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro - RJ, 2007. CD-ROM.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. 2002. Disponível em: www.cvm.org.br, Acesso em 13/10/08.

DONALDSON, L.; DAVIS, J. H. *Stewardship theory or agency theory: CEO Governance and Shareholder Returns*. **Australian Journal of Management**, June 1991, The University of New South Wales.

EISENHARDT, K. *Agency theory: an assessment and review*. **The Academy of Management Review**. v. 14, n. 1, 1989.

FONTES FILHO, J. R.; BALASSIANO, M. Teoria da agência *versus* poder discricionário do gestor: há solução para o enigma? XXIX EnANPAD. **Anais...** Brasília-DF, 2005. CD-ROM.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de Governança Corporativa**. 3 ed. São Paulo, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JENSEN, M.; MECKLING, W. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, October 1976.

MARTINEZ, A. L. *Agency theory na pesquisa contábil*. XXII EnANPAD. **Anais...** Foz do Iguaçu - PR, 1998. CD-ROM.

NOSSA, V.; KASSAI, J. R.; KASSAI, S. A teoria do agenciamento e a contabilidade. XXIV EnANPAD. **Anais...** Florianópolis - SC, 2000. CD-ROM.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, J. F.; CALDAS, L. F.; DAVIDOVITSCH, L. Estruturação das redes de *fast food*: um estudo empírico sobre os antecedentes do *franchising* e suas implicações sobre o desempenho das firmas. XXXII EnANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro - RJ, 2008. CD-ROM.